

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



**São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012**

**PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO: ESPAÇO DE
DISCUSSÃO PERMANENTE NO ENSINO SUPERIOR.**

Lúcia de Mendonça Ribeiroⁱ

Eixo 13: Ensino Superior no Brasil

Resumo: A discussão que venho propor está em caráter inicial, mas, é continuidade de uma reflexão de minha dissertação de mestrado que abriu um leque de condicionalidades presentes e necessárias a compreensão das intencionalidades e da contextualização significativa do cotidiano da escola na interação com o universo acadêmico nas ações de reorganizar uma proposta pedagógica para o curso de Pedagogia. Este movimento de ação-reflexão-ação parte das DCN's BRASIL/CNE/CP 01/2002 e BRASIL/CNE/CP 01/2006 e supera esta discussão quando lança o olhar para as ações de gestão e docência, experiências presentes na formação do docente do ensino superior que reflete sobre a identidade e a proposta do curso que forma professores (as) para a educação básica.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas Educacionais. Projeto Político Pedagógico.

Abstract: The discussion I have been proposing is in the initial character, but continuity is a reflection of my dissertation which opened a range of gifts and conditionalities necessary to understand the intentions and meaningful context of everyday school in interaction with the universe academic in the actions of a pedagogical proposal for reorganizing the Faculty of Education. This movement of action-reflection-action part of DCN's BRAZIL / CNE / CP 01/2002 and BRAZIL / CNE / CP 01/2006 and exceeds this thread when you launch look at the actions of management and teaching, present experiences in teacher training higher education that reflects on the identity and purpose of the course that trains teachers (s) for basic education.

Keywords: Higher Education. Educational Policy. Pedagogical Political Project

Em diálogo constante e reflexivo sobre questões que permeiam o espaço acadêmico e neste, a relevância de repensar a organicidade da formação do docente que reflete sobre a formação de professores para educação básica no universo do ensino superior, me reportou a observar e analisar as dimensões que interagem com o projeto político pedagógico, instrumento orgânico do curso de Pedagogia.

Esta análise partiu de um trabalho inicial que culminou em uma dissertação de mestrado que discutiu a relevância da dimensão histórica e política presente na formação dos docentes que reorganizaram o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, em atendimento aos direcionamentos propostos no contexto da reforma curricular do ensino superior, no início do século XXI sob as Resoluções CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena e CNE/CP nº 1 de 15 de maio 2006 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, ambas fundamentadas, por sua vez nos Pareceres CNE/CP 009/2001 e CNE/CP 005/2005. Por meio da matriz teórico-metodológica do estudo de caso com abordagem qualitativa, construí um tipo de investigação que possibilitou a aproximação de sujeitos em ação, considerando a importância do estudo de caso histórico, e o conhecimento originado com a escolha do objeto a ser estudado (RIBEIRO, 2010).

Em concomitância a proposta do trabalho de pesquisa a que me referi anteriormente, veio à tona uma discussão que não se apresenta como algo novo, já que se constrói em documentos oficiais desde a Constituição do Brasil de 1988, em que faz referência no Art. 206 que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios e dentre eles [...] III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino [...]. A perpassar ainda, a organização da LDB 9394/1996 que traz em seu bojo no artigo 12, inciso I que, “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e

as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica [...]”.

Em entendimento a polêmica que esta discussão atinge nos espaços educativos, envolta em muitas contradições, interpretações e resistências por parte do corpo social e dimensões que a compõe, compreendo esta discussão como simples e ao tempo complexa e necessária, concordando com a discussão proposta por autores como Veiga (1995, 1998, 2001, 2002, 2003, 2004); Resende (1995, 1998, 2001), entre outros com quem pretendo dialogar sobre a temática.

No contexto em que dissertei em 2010 (trabalho de mestrado) muitas foram as dimensões que vieram a emergir da fala dos interlocutores (professores (as), gestores (as) e coordenadores (as) do curso) no contexto observado. Infelizmente o fator tempo não é algo positivo para um pesquisador que encontra nas fala de seus colaboradores um mundo a ser discutido e interpretado. O fator tempo tornou inviável um aprofundamento maior do conceito, do que se possa vir a conceber por Projeto Político Pedagógico. É neste interstício que venho propor neste ensaio, uma reflexão sobre as condicionalidades presentes no interior deste instrumento, direcionador de ações, que organiza a proposta curricular de um curso, neste caso, o curso de Pedagogia é o lócus evidenciado no texto em questão.

A ideia de Projeto Político Pedagógico supera a compreensão de ações articuladas apenas no âmbito da dimensão pedagógica, e nos permite compreender que não podemos separar “processo” de “produto” (VEIGA, 2003). Neste contexto o professor-pesquisador constrói sua compreensão a partir do entendimento de seu cotidiano, da forma como as relações são construídas, dos questionamentos que surgem, e propõe discussões que possam nos levar a refletir sobre nossas práticas e conseqüentemente sobre a forma como vem se organizando o trabalho pedagógico.

A análise em questão considerou como de grande relevância o fato dos professores e professoras do Curso de Pedagogia da UFAL,ⁱⁱ terem pertencido ao quadro de docentes da rede pública estadual de ensino do estado de Alagoas e de movimentos representativos da sociedade civil, entre eles, movimentos sociais, sindicais, de educadores, entre outros. Portanto, docentes politicamente bem formados e com condições de refletir profundamente sobre as ações que vinham sendo construídas no interior do projeto político pedagógico do curso, como também, com subsídios fundamentados não só nas teorias, mas, em suas práticas

para pensar o profissional para a educação básica, que estaria a ser formado pelo curso de Pedagogia da UFAL.

A constituição do curso tomou como princípio fundante de sua proposta pedagógica, a formação de professores (as) para a educação pública do estado de Alagoas, em atendimento ao déficit de formação de profissionais, com a finalidade de atender a demanda que se instala nas escolas a partir do processo de universalização da educação básica.

Algumas indagações devem estar a acontecer neste momento do texto, quando afirmo que o curso de Pedagogia da UFAL forma especificamente para escola pública em detrimento de outras áreas, a quem hoje o pedagogo é muito solicitado.

Dada à transitoriedade de muitos dos docentes que contribuíram com este trabalho é evidente que a formação histórico-político de ambos, não permitiu que a carência de formação de professores para nossas escolas fosse colocada em segunda opção. Neste momento existiu um consenso, já que historicamente o estado de Alagoas apresenta ainda, um problema gritante no que diz respeito à alfabetização, distorção de idade e série e a permanência dos alunos que hoje, a partir da universalização da educação básica, chegam às escolas, mas, não permanecem e se permanecem, não alcançam aos índices previstos pelas políticas e programas públicos que chegam ao interior das nossas escolas. Diante do contexto exposto localizo a contribuição de um dos interlocutores de minha pesquisa para que possamos entender melhor de que forma se consolidou a compreensão deste princípio adotado e com base em que contexto esta ação foi construída.

[...] Buscamos integrar as discussões da ANFOPE e do FORUMDIR, por acatarmos as posições por estes desenvolvidas, já que estas entidades são sintonizadas com movimentos estudantis e práticas sociais que se assemelham a história e a realidade alagoana que na verdade, é uma realidade de exclusão dos mais pobres. Diante deste contexto, não poderíamos optar por uma formação não-escolar, mesmo entendendo “ser chique e moderno” formar para a pedagogia hospitalar e trabalhar com os meninos que estão lá, os crônicos, quando na verdade a educação básica nem é de posse desses meninos de classe popular, bem como, ainda temos os jovens e adultos que passaram pela educação escolar e não aprenderam a ler e escrever (PAULO, 2009, p. 79)ⁱⁱⁱ.

Diante da contextualização que se expressou durante toda a reflexão permitida no decorrer da pesquisa de mestrado, pude entender como a militância dos professores e professoras do curso proporcionou uma base sólida para a construção de sujeitos reflexivos. Neste movimento de ação-reflexão-ação, (VEIGA,

2001), a faculdade de se perceber que, na atuação da sala de aula, no exercício profissional e político da docência, nas tarefas de gestão e coordenação do sistema educacional, no cotidiano do professor e na forma como as relações com a comunidade escolar se constroem subsistiam formas de se pensar melhor o processo de formação do futuro professor. Considerando ainda, que muitos de nossos alunos e alunas do curso de Pedagogia já atuam no exercício da docência em nossas salas de aula nas escolas públicas e privadas. Desconsiderar que este contexto de ações políticas de gestão e docência pode nos oportunizar uma ação e reflexão pela busca constante da melhoria da qualidade no ensino seria não interpretar, a expressa intencionalidade da concepção de projeto político pedagógico. Instrumento orgânico, que discute sobre o universo escolar como um todo, não passaria de um mero artefato, o que inviabilizaria sua proposta original que se consolida nas condicionalidades de suas ações com vistas à construção da identidade de um curso.

A CONTEXTUALIZAÇÃO COMO FUNDAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

Fatores que interagem no cotidiano e em nosso caso, cotidiano acadêmico e escolar não facilmente percebíveis, mas, são capazes de tornar uma ação política, linear. As inúmeras leis, pareceres e decretos que chegam ao espaço educacional acabam por tornar o processo segmentado, hierárquico, normatizado, homogeneizado (VEIGA, 2004).

Esse espaço de discussão se constrói e se organiza com vistas a ações padronizadoras, fragmentando as práticas pedagógicas e a reflexão sobre o saber relevante ou não, reforçando a não construção crítica pela ausência da participação. Adota o princípio de rejeitar ou ignorar a diferença, de fragmentar o pensamento que através da criticidade presente nos movimentos de resistência, existentes sim, no universo acadêmico capazes de proporcionar a construção de movimentos que nos levem a promover a igualdade no processo de formação do professor.

Parafraseando Freire, não existe saberes mais ou menos importantes, existe saberes diferentes, contudo há a necessidade de superação das questões irrelevantes da hierarquia que impede compreender que a diferença e a contradição

fazem parte da totalidade da compreensão das relações que intervêm no cotidiano acadêmico.

As diferenças definem-se socialmente, nas relações sociais. Elas não se isolam; tomam lugar no conjunto e podem ser identificadas pelas diversidades. A unidade caracteriza-se pela unicidade do pensamento e da ação permeada pela intencionalidade. A igualdade contra a hierarquia pode ser identificada na tentativa de fortalecer o social quanto ao nível mediador entre o econômico e o político, ambos fatores de desigualdade. Em termos acadêmicos, significa a ênfase nos processos participativos de tomada de decisões e a busca de fins determinados de forma democrática (VEIGA, 2004, p.77).

Identificado, problematizado e compreendido as relações que se interlaçam no cotidiano acadêmico têm como possibilidades o repensar de um projeto (re)construído na diversidade e na democracia. Palco de ações que de forma articulada nos levem a verdadeira igualdade e qualidade nos processos educativos.

Na própria concepção de “projeto” temos algo que é um “vir a ser” mas, que por sua força de condução e organicidade de ações que direcionam uma proposta pedagógica, ele já se concretiza a dizer de “como será feito” (VEIGA, 2004).

Define-se assim, como um documento orientador das práticas e do trabalho pedagógico, para tanto, entendê-lo como ação política, construído e organizado na pluralidade das intenções que o permeiam se faz excepcionalmente indispensável, já que a natureza da construção deste aporte teórico e prático não pode ser algo individualizante. A compreensão do que seja coletividade pelo grupo que vai pensar o pedagogo formado pelo curso de Pedagogia, identificar e refletir sobre as intencionalidades das concepções norteadoras desta formação irá contribuir para que as questões presentes no cotidiano da sala de aula, na relação professor/aluno, e desse modo, nas tensões que se apresentam nas práticas e saberes que interagem na formação do docente possam indicar e orientar novos caminhos.

Neste contexto quando relaciono teoria e prática, não compreendo o projeto político pedagógico do curso como algo antagônico as ações que incidem sobre os procedimentos, conceitos e componentes presentes e direcionadores do processo de formação proposto pelo curso. É compreender a interdisciplinaridade presente e essencial ao ato de ensinar, pesquisar, aprender com outro. É entender e aceitar que somos todos inconclusos e, portanto, perceber as relações que se estruturam no cotidiano presente em uma instituição viva, que interage e que reconhece o novo como integrador e renovador do refletir sobre a vida real.

O movimento da vida cotidiana por si só apresenta uma diversidade de questões sociais urgentes e emergentes que não podem mais ser ignoradas ao avaliarmos a formação do docente no ensino superior. Precisamos entender a priori que o professor que está a ser formado pela universidade, vai lidar ou já lida diretamente no cerne do exercício de sua profissão com questões ordem social, política e econômica que fazem parte do cotidiano da sala de aula e do universo do espaço escolar. Questões estas, que na contemporaneidade vem tentando ditar a formação que a escola vai organizar, assim como, o trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor no espaço da sala de aula.

Se a universidade traz como princípio fundante para discutir a formação do ser humano, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pilares essências desta instituição não pode desconhecer a amplitude do universo escolar. E por esta forma promover a reflexão da formação que se pretender tendo a ideia clara de que a formação intelectual promovida pela universidade irá complementar a formação prática que o aluno/docente já traz através de sua vivência e de seu cotidiano.

O ESPAÇO DA ESCOLA PÚBLICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA.

Refletir sobre o espaço da escola pública e compreender a pluralidade de relações que existem ali, não podem ser algo fácil de ser interpretado. Afinal, são questões singulares e plurais, aspectos, práticas e mecanismos que se interrelacionam e ultrapassam as disposições de fundamentos organizados para uma proposta pedagógica.

São ações que convivem em um mesmo espaço em permanente conflito com o dito e não dito, o escrito e não escrito, (RESENDE, 1995) o ultrapassado e o inovador. São geradores de conflitos, são oportunistas de análise, que não podem ser desconsiderados no momento em que paramos para refletir sobre o profissional da educação que pretendemos formar. Será este profissional quem irá lidar e conviver, e ainda, organizar seu trabalho pedagógico em atendimento constante ao diferente, ao contraditório e ao novo.

O profissional docente que estaremos a pensar no momento em que estivermos construindo uma proposta de curso será aquele que irá estar em contato direto com as verdades que nem sempre são as mais corretas e com os discursos

que se estabelecem no espaço escolar, via políticas públicas e programas educacionais, que pretendem definir saberes e práticas com vistas à formação do cidadão que atenderá as necessidades de avanço do país.

Este profissional terá que interpretar o que se esconde por trás dessas verdades que se estabelecem nas relações do seu cotidiano. Que se expressam na forma de um poder imperceptível, que se manifesta em diferentes graus e espaços, nem sempre compreendidos, ou percebidos, que se mostra de forma harmônica, mas, que de fato pretende regular conflitos, contradições, movimentos de resistência e interesses diversos em busca de uma homogeneidade controlável.

Toda esta movimentação não acontece de forma passiva. Ela gera possibilidades e perspectivas de ultrapassar o que está posto através de novas concepções do compreender os espaços e os saberes e assim, construir e ressignificar práticas numa relação dialógica. O apropriar-se desta relação dialógica caminhará na perspectiva de uma reflexão mais aprofundada através da construção de possíveis encaminhamentos na organização de uma proposta pedagógica de um curso que forma professores e que discute as questões presentes no cotidiano do espaço escolar e do docente que estará a ser formado pela universidade.

São situações que não podem ser negligenciadas e que vão permitir que o contexto da escola impregnado de culturas, valores, identidades e limites possam ser considerados como pontos norteadores de apreciação para o repensar da formação de professores em atendimento a demanda que se coloca hoje para o real alcance da universalização da educação básica.

Compreender a necessidade de contextualizar as propostas pedagógicas lado a lado com ações e ideias integradoras, tanto pela observação da prática e saberes presentes na escola, talvez possam se tornar questões de debates e avanço do ponto vista educacional. Quem sabe esta compreensão se considerada em sua relevância em “conhecer” e “interagir” com os movimentos da escola possa organizar ações que dialoguem com os desafios colocados pela conjuntura histórica social, político e econômica presentes nas intencionalidades das propostas pedagógicas.

A guisa de conclusões

Acredito ter descrito um pouco das questões que de agora em diante irão subsidiar meu novo trabalho de pesquisa. Neste momento em uma dimensão mais profunda como deve ser um trabalho de doutorado. Continuarei a discutir no cerne das relações que interagem com o projeto político pedagógico do curso de Pedagogia da UFAL E desta vez seguindo os direcionamentos previstos no regimento da universidade que confirma em seu discurso que os cursos de graduação só podem reavaliar sua proposta pedagógica a partir de uma primeira turma formada. Como no meu caso analisei justamente a reorganização do curso pós diretrizes para a formação do profissional docente da educação básica, documento norteador da formação, pretendo delimitar uma área do conhecimento específica e nela analisar quais as ações que se consolidaram e buscar na fala dos egressos do curso no período 2006-2010 o que estes sujeitos políticos tem a dizer sobre esta proposta pedagógica e sua interação com o cotidiano da escola. Vez que posso aprofundar minhas concepções pedagógicas e tentar fazer a relação teoria e prática, a partir da contextualização do universo escolar e acadêmico já que atuo no campo educacional como professora da educação básica e do ensino superior. Considerando ainda que enquanto pesquisadora terei que permanecer fora e dentro do objeto de estudo para então, analisar com uma relativa imparcialidade a relação dialógica entre fatos, falas e expressões certamente presentes no contexto analisado.

Pela evidente pluralidade de questões que permeiam as discussões acerca do que seja este instrumento poderoso e direcionador, que organiza, pensa e repensa a formação do professor da educação básica pretendo analisar este cotidiano, o aporte teórico e prático presente nas ações do projeto político pedagógico do curso de Pedagogia e as relações de poder existente no universo educacional. Para tal desafio precisarei selecionar com muita cautela as propostas teóricas que vão me acompanhar nesta reflexão.

REFERENCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 03/07/2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 03072012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /LDB.disponível em: <http://www.mec.gov.br>. acesso em:03072012.

RIBEIRO, Lúcia de Mendonça. **O DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NO PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS EM 2006: PERFIL POLÍTICO-FORMATIVO TRAJETÓRIA E AÇÕES**. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. CENTRO DE EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. 2010.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 28062012.

VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: Ilma Passos Alencastro Veiga (org). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção Possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____ As dimensões da aula universitária e as dimensões do projeto político pedagógico. In: **Educação Superior e Educação Básica: Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ⁱ Pedagoga, Mestre em Educação Brasileira e Doutoranda em História e Políticas Públicas da Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Docente da educação Básica e do Ensino Superior. Endereço para correspondência: Condomínio Caminho das Árvores, 14 B - Tabuleiro do Martins-Maceió-Alagoas- CEP: 57061-410. E-mail: lucia_0707@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Devo explicar que no trabalho de mestrado analisei o período que compreendeu o ano de 2006, período de reestruturação do curso a partir dos direcionamentos das diretrizes curriculares nacionais, e que os interlocutores convidados a dar suas contribuições ao trabalho pertenceram ao quadro de profissionais da rede estadual de ensino de Alagoas e, participaram ativamente da reorganização do curso que já acontecia em (anos) momentos anteriores. Portanto, foi um dos critérios definidos por mim, por considerar a formação política dos participantes, relevante ao entendimento de organicidade das ações que passaram a compor o projeto reestruturado para a formação de professores para a escola pública.

ⁱⁱⁱ Paulo foi o nome fictício atribuído a um dos interlocutores (docente e gestor do curso de Pedagogia – UFAL) participante do diálogo que existiu em minha pesquisa de mestrado intitulada O DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR NO PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS EM 2006: PERFIL POLÍTICO-FORMATIVO, TRAJETÓRIA E AÇÕES.